



Organização dos
Estados Americanos

GRUPO DE REVISÃO DA IMPLEMENTAÇÃO
DAS CÚPULAS (GRIC)



OEA/Ser.E
GRIC/INNA-3/08
15 maio 2008
Original: português

RELATÓRIOS NACIONAIS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DOS COMPROMISSOS
EMANADOS DA QUARTA CÚPULA DAS AMÉRICAS

(Brasil – apresentado em 2008)

CÚPULA DAS AMÉRICAS - RELATÓRIO DO BRASIL (2008)

A. FORTALECIMENTO DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

O Brasil reconheceu, em dezembro de 1998, a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relacionados com a interpretação e aplicação da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, o que reitera a disposição do Governo brasileiro de fortalecer o sistema interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos.

Encontra-se atualmente em fase estudos Projeto de Lei que visa a facilitar a implementação das decisões da Corte e das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) nos diversos níveis de governo da Federação. O Brasil acompanha aproximadamente 170 petições e casos de seu interesse na CIDH, bem como 2 que estão sob exame da Corte.

O Brasil entende que a defesa e o fortalecimento da democracia, a busca do desenvolvimento e a promoção e a proteção dos direitos humanos são objetivos interdependentes. Considera inapropriado vincular a aplicação de princípios gerais de direitos humanos a possíveis ameaças ao marco jurídico interno ou à governabilidade dos países. Ainda que desejável exortar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) a avaliar os casos e petições que lhe são dirigidos sob prisma abrangente, não necessita a CIDH considerar a aplicação de dispositivos da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos à luz do ordenamento jurídico interno, o que extrapolaria sua esfera de competência.

A suspensão de direitos e garantias fundamentais em casos de grave instabilidade à ordem institucional não é absoluta, inscreve-se em um marco temporal limitado e não exime o Estado de reparar e punir violações cometidas por agentes que exorbitaram dos poderes outorgados durante o período excepcional.

A institucionalização de mecanismos de assistência jurídica nacionais que favoreçam o acesso das vítimas ao sistema interamericano de direitos humanos é meritória. Há necessidade de que cada Estado crie mecanismos próprios que favoreçam a realização do acesso à justiça. Já a criação de um órgão especializado para o atendimento dessas vítimas perante o sistema, exigiria, da Defensoria Pública, recursos que por uma questão de economicidade poderiam ser melhor aplicados no atendimento de demandas do plano interno.

O Brasil concorda com a necessidade de a CIDH assumir papel mais ativo na promoção de soluções amistosas. A participação em audiências de conciliação representam ônus significativo para os Estados, além de demandar preparativos do Secretariado da CIDH que se vêem frustrados caso o Comissário não faça uso efetivo dessa oportunidade para tentar aproximar as posições em disputa. Sem prejuízo de sua imparcialidade, o Comissário deve esforçar-se por apresentar elementos de convencimento às partes, com base em repertório de casos do sistema interamericano ou mesmo de outros sistemas, em que o uso de procedimento de solução amistosa se mostrou exitoso. A promoção de soluções amistosas teria impacto positivo, além disso, sobre a celeridade e a economicidade do sistema, com evidentes benefícios sobre sua imagem.

B. INICIATIVAS DO GOVERNO BRASILEIRO NO COMBATE À POBREZA E NA ERRADICAÇÃO DA FOME, NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NO COMBATE AOS DESASTRES NATURAIS.

1. Erradicação da Fome.

Âmbito Nacional:

Dentre os programas governamentais de erradicação da fome, o Fome Zero é o de maior destaque, devido à sua estratégia de assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. O programa atua a partir de quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, e mobilização e controle social.

Uma das principais iniciativas do Fome Zero é o Bolsa Família, programa de transferência de renda que atende a 11,1 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros.

O Bolsa Família garante a segurança alimentar de famílias em necessidade, contribuindo, de forma significativa, para a redução da extrema pobreza e da desigualdade social.

O Programa de Alimentação Escolar, também parte do Fome Zero, no qual foi investido R\$ 4,9 bilhões até o final do ano passado, já beneficiou 145 milhões de crianças e adolescentes desde 2004. Só na Pré-Escola, o valor *per capita* repassado pelo Governo Federal para merenda teve aumento de 267% e o benefício foi estendido a 881 mil crianças, de 18 mil creches públicas e filantrópicas.

Outros programas que poderiam ser citados são: financiamento de cisternas para áreas do semi-árido brasileiro (251.639 cisternas foram financiadas até dezembro de 2007 em 1.241 municípios, representando um investimento total de R\$ 327.038.548,00), o que garantiu o acesso à água a cerca de 1 milhão de pessoas; restaurantes populares; banco de alimentos; cozinhas comunitárias e agricultura urbana (com o financiamento de hortas urbanas e viveiros), entre muitos outros programas.

Âmbito multilateral:

Uma das iniciativas a serem destacadas é Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome. A iniciativa é um esforço dos países da América Latina e Caribe com o objetivo específico de acabar com a fome. Lançada pelos governos do Brasil e da Guatemala durante a Conferência Latino-Americana sobre Fome Crônica (Guatemala, 2005), a Iniciativa logo recebeu novos apoios e foi ratificada na 29ª Conferência Regional da FAO (Venezuela, 2006), como uma das prioridades de ação para a organização na região.

A Iniciativa, encampada pela FAO, contribui para o desenvolvimento de leis de segurança alimentar e nutricional no Equador e no Guatemala. O Iniciativa também está apoiando o desenho de legislação na área de segurança alimentar na Bolívia, Haiti, México, Panamá, Paraguai e Peru.

2. Segurança Alimentar e Nutricional

a) Âmbito interno:

Programa Nacional de Alimentação Escolar:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos da educação infantil (creches e pré-escola) e do ensino fundamental, inclusive das escolas indígenas, matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis. O orçamento do programa previsto para 2008 é de R\$ 1,6 bilhão para atender 36 milhões de alunos.

CONSEA

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. O Conselho tem caráter consultivo e assessora diretamente o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação.

Inspirado nas resoluções da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Consea acompanha e propõe diferentes programas, como Bolsa Família, Alimentação Escolar, Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Vigilância Alimentar e Nutricional, entre muitos outros.

LOSAN

A Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com o objetivo de assegurar de forma sustentável o direito humano à alimentação adequada para toda população brasileira. A Lei foi sancionada pelo Presidente da República no dia 15/09/2006.

Possíveis ações de cooperação: o Governo brasileiro poderia capacitar recursos humanos nas referidas áreas para implementação de programas e legislações semelhantes.

b) Âmbito multilateral:

O Governo brasileiro doou US\$ 1 milhão para o Programa Mundial de Alimentos (PMA), em dezembro de 2007, para estruturar programas de alimentação escolar em países em desenvolvimento da CPLP, na Nicarágua, na Bolívia e no Haiti.

O Ministro do Desenvolvimento Agrário e o Diretor-Geral da FAO assinaram, no âmbito da XXX Conferência Regional da FAO (14 a 18 de abril de 2008), acordo para criação de fundo fiduciário de cooperação Sul-Sul no âmbito da FAO, em temas de agricultura familiar. Para isso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário transferirá ao Itamaraty US\$ 1 milhão.

3. Combate aos Desastres Naturais e Assistência Humanitária

Em 2007, o Brasil prestou assistência humanitária a 17 países, com valor estimado de R\$ 5 milhões.

A pedido do Ministro de Estado, que solicitou toda a celeridade para o envio da primeira carga de ajuda humanitária a países em situação emergencial, está em fase de finalização a construção de um armazém de resposta rápida, no Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro, para prestar assistência humanitária em no máximo 48h a países da América Latina, Caribe e África,

principalmente. Trata-se de depósito no Terminal de Cargas, setor de exportação, do Aeroporto Internacional do Galeão, onde deverão ficar estocadas aproximadamente 15 toneladas de alimentos e/ou medicamentos para partida rápida (já previamente liberados pelas autoridades da Receita Federal, ANVISA e de Vigilância Agropecuária).

Para estruturar e sistematizar procedimentos para prestação de assistência humanitária, considera-se a elaboração do Plano Nacional de Assistência Humanitária Internacional, que prevê a indicação de competências claras para os órgãos públicos, sistema de estoque virtual e banco de dados.

Dessa forma, a assistência humanitária internacional brasileira estaria completa: um armazém para o primeiro momento da emergência, integrado a um Plano Nacional de Assistência Humanitária Internacional, com competências e responsabilidades claramente definidas, capaz de dar resposta às fases sucessivas e, inclusive, ao período da reconstrução (mediante a distribuição de sementes, etc).

C. INCLUSÃO DIGITAL E GOVERNO ELETRÔNICO

O Governo brasileiro executa e apóia ações de inclusão digital por meio de diversos programas e órgãos, entre os quais:

Casa Brasil

Implantação de espaços multifuncionais de conhecimento e cidadania em comunidades de baixo IDH, por meio de parcerias com instituições locais. Cada unidade de Casa Brasil abrigará um telecentro, com uso de software livre, e pelo menos mais dois outros módulos, que podem ser uma biblioteca popular, um auditório, um estúdio multimídia, uma oficina de produção de rádio, um laboratório de popularização da ciência ou uma oficina de manutenção de equipamentos de informática, e um espaço para atividades comunitárias, além de um módulo de inclusão bancária nas localidades onde for possível. Atualmente são 74 unidades em funcionamento, atendendo em média 20 mil pessoas/mês. Já foram capacitadas mais de 1.000 pessoas nas 37 oficinas livres oferecidas a partir da plataforma de educação à distância construída pelo projeto. No total 86 unidades, selecionadas por meio de edital, serão implantadas nas maiores cidades das cinco macro-regiões.

Centros Vocacionais Tecnológicos

São unidades de ensino e de profissionalização, voltados para a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, conhecimentos práticos na área de serviços técnicos, além da transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processo produtivo. Os CVTs estão direcionados para a capacitação tecnológica da população, como uma unidade de formação profissional básica, de experimentação científica, de investigação da realidade e prestação de serviços especializados, levando-se em conta a vocação da região onde se insere, promovendo a melhoria dos processos. Até o momento o Ministério da Ciência e Tecnologia apoiou a criação de 236 CVTs, instalados em todo o Brasil desde 2003.

Computador para Todos

Voltado para a classe C, permite à indústria e ao varejo a oferta de computador e acesso à Internet a preços subsidiados, e com linha de financiamento específica, além da isenção de impostos PIS/COFINS. PCs de até R\$ 1.200 que obedeçam à configuração mínima podem ser parcelados em prestações de R\$ 50. O equipamento deve utilizar obrigatoriamente software livre e contar com um processador de 1,4 GHz, disco rígido de 40 GB, memória RAM de 256 MB, monitor de

15 polegadas, unidade de disco flexível, unidade de CD-ROM (RW)/DVD-ROM (combo), modem de 56 K, placas de vídeo, áudio e rede on-board, mouse, teclado e porta USB e 26 programas. Notebooks de até R\$ 1.800, que atendam a configurações mínimas descritas no portal do programa, também possuem isenção de impostos e têm financiamento facilitado.

Gesac - Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão

O Gesac viabiliza conexão via satélite à Internet a escolas, telecentros, ONGs, comunidades distantes e bases militares fronteiriças, além de oferecer serviços como conta de e-mail, hospedagem de páginas e capacitação de agentes multiplicadores locais, contando hoje com 3.530 pontos de presença atendendo cerca de 2.200 municípios brasileiros. É parceiro de diversos programas de inclusão digital do Governo. A próxima fase do programa prevê a instalação de 11.919 pontos de conexão à Internet via satélite. Serão atendidos locais que não possuem conexão por ADSL, escolas públicas rurais e telecentros montados a partir dos kits encaminhados pelo Ministério das Comunicações a prefeituras de todo o país.

Maré - Telecentros da Pesca

Implantação de telecentros em comunidades de pescadores, fornecendo equipamentos, conexão via Gesac, formação e manutenção de agentes locais para monitoria e uso de software livre. Há 27 unidades em funcionamento e outras 36 em implantação.

Observatório Nacional de Inclusão Digital

Aglutina informações sobre todos os programas de inclusão digital do governo federal no portal <http://www.inclusaodigital.gov.br>, com notícias, links, eventos e materiais de referência. Telecentros de todo o país - espaços sem fins lucrativos com conexão à internet, acesso livre à comunidade e capacitação - estão sendo cadastrados. Estima-se um total de 5.000 unidades de telecentros em funcionamento no Brasil, articuladas no âmbito federal, estadual e municipal. O ONID também trabalha na seleção de materiais de referência, tais como diretrizes, documentos, manuais, estudos e experiências de sucesso, para compartilhar melhores práticas entre os interessados no tema. No site <http://www.onid.org.br> são feitos o pré-cadastro e o mapeamento dos telecentros.

Pontos de Cultura - Cultura Digital

O Programa Cultura Viva apoia iniciativas culturais locais/populares e tem como ação prioritária o Ponto de Cultura que articula as demais ações do Programa. A ação Cultura Digital, permite a implantação de equipamentos e formação de agentes locais para produção e intercâmbio de vídeo, áudio, fotografia e multimídia digital com uso de software livre, e conexão à Internet. Atualmente há 648 projetos culturais apoiados financeiramente pelo programa Cultura Viva.

Programa Estação Digital

Sempre com o apoio de um parceiro local, sendo a maioria organizações não governamentais, a iniciativa busca aproximar o computador da vida de estudantes, donas-de-casa, trabalhadores, populações tradicionais e cooperativas, economizando tempo e dinheiro, criando novas perspectivas e melhorando a qualidade de vida da população. Desde 2004 estão em funcionamento 202 unidades pelo Brasil, 41 em processo de instalação e mais 20 unidades aprovadas para implantação até o final de 2008. Cerca de 56% das unidades estão localizadas na região Nordeste, 16% no Centro-Oeste, 15% no sudeste, 11% no norte e 2% no sul, com a capacidade para atender de 500 a 1.000 pessoas por mês, e integradas a arranjos produtivos locais.

ProInfo - Programa Nacional de Informática na Educação

O ProInfo é desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), por meio do Departamento de Infra-Estrutura Tecnológica (DITEC), em parceria com as Secretarias de

Educação Estaduais e Municipais. O programa funciona de forma descentralizada, sendo que em cada Unidade da Federação existe uma Coordenação Estadual do ProInfo, cuja atribuição principal é a de introduzir o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas da rede pública, além de articular as atividades desenvolvidas sob sua jurisdição, em especial as ações dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs).

Projeto Computadores para Inclusão

Implantação de um sistema nacional de acondicionamento de computadores usados, doados pelas iniciativas pública e privada, acondicionados por jovens de baixa renda em formação profissionalizante, e distribuídos a telecentros, escolas e bibliotecas de todo o território nacional. Existem três Centros de Acondicionamento de Computadores – CRC funcionando em caráter piloto em Porto Alegre (RS), Brasília (DF) e Guarulhos (SP), e dois em implantação nas cidades de Belo Horizonte (MG) e Niterói (RJ). Os cinco centros totalizam 410 jovens em formação. Até fevereiro de 2008, o projeto recebeu mais de 15 mil equipamentos usados, e doou 3.320 computadores acondicionados a 252 escolas públicas, bibliotecas, telecentros e outras iniciativas de inclusão digital selecionados pela Coordenação Nacional.

Serpro Cidadão

Em ação: Serpro - O Espaço Serpro Cidadão destina-se ao treinamento gratuito de pessoas que queiram conhecer as facilidades da Internet para a obtenção de serviços e informações do Governo para a sociedade. Dentre suas ações de inclusão digital está a instalação de Telecentros que é realizada em parceria com a comunidade local, prefeituras e instituições da sociedade civil, o que garante a sua sustentabilidade. Implantado em 2003, este projeto é uma das ações da Empresa dentro de sua política de Responsabilidade Social e está em sintonia com o Programa Brasileiro de Inclusão Digital do Governo Federal de promover inclusão digital e social das comunidades mais carentes. O Programa já atingiu a marca de 153 telecentros em cidades brasileiras e oito no exterior (um em São Tomé e Príncipe, dois em Cuba, três no Haiti, um em Angola e um em Cabo Verde), totalizando mais de 1.847 equipamentos alocados.

Telecentros Banco do Brasil

O Programa de Inclusão Digital do Banco do Brasil é uma ação que se alinha com a política de responsabilidade socioambiental da empresa e começou com o processo de modernização de seu parque tecnológico, com a doação dos equipamentos substituídos para comunidades carentes, visando a implantação de Telecentros Comunitários. O Programa não se restringe à doação dos micros, pois o Banco também cuida do treinamento dos monitores e da articulação de parcerias, fomentando o desenvolvimento local. O BB já implantou mais de 1.600 telecentros e salas de informática em todo o país, totalizando cerca de 39 mil computadores doados e atendendo a mais de 4 milhões de usuários por ano. Os telecentros disponibilizam o acesso às novas tecnologias digitais, treinamentos em informática, cursos à distância, serviços do Governo Eletrônico, digitalização e impressão de documentos, além de incentivar a pesquisa para preparação de trabalhos escolares. As entidades contempladas se responsabilizam pela gestão e administração dos espaços.

D. MEIO AMBIENTE

A posse do Governo Luíz Inácio Lula da Silva coincidiu com o início da fase de implementação da Agenda 21 Brasileira. A importância da Agenda como instrumento propulsor da democracia, da participação e da ação coletiva da sociedade foi reconhecida e suas diretrizes inseridas tanto no Plano de Governo quanto em suas orientações estratégicas.

Outro passo foi a utilização dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira como subsídios para a Conferência Nacional de Meio Ambiente, Conferência das Cidades e Conferência da Saúde. Esta inserção da Agenda 21 remete à necessidade de se elaborar e implementar políticas públicas em cada município e em cada região brasileira.

Para isso, uma providência essencial foi transformar A Agenda 21 em programa no Plano Plurianual do Governo - PPA 2004/2007, o que lhe confere maior alcance, capilaridade e importância como política pública. O Programa Agenda 21 é composto por três ações estratégicas que estão sendo realizadas com a sociedade civil: implementar a Agenda 21 Brasileira; elaborar e implementar as Agendas 21 Locais e a formação continuada em Agenda 21. A prioridade é orientar para a elaboração e implementação de Agendas 21 Locais com base nos princípios da Agenda 21 Brasileira que, em consonância com a Agenda global, reconhece a importância do nível local na concretização de políticas públicas sustentáveis. Atualmente, existem mais de 544 processos de Agenda 21 Locais em andamento no Brasil, quase três vezes o número levantado até 2002.

Implementar as ações prioritárias definidas na Agenda 21 Brasileira é um desafio para governo e sociedade, pois visa incorporar na formulação de políticas públicas nacionais as propostas pactuadas com os diferentes segmentos sociais, durante o processo de elaboração da Agenda 21, que teve como base os princípios do desenvolvimento sustentável. A definição e o estabelecimento de metodologia para a execução dessas ações são realizados por meio da:

- estruturação e fornecimento de subsídios técnicos e administrativos à Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS);
- implementação do Sistema Nacional da Agenda 21;
- definição dos meios de implementação e monitoramento das ações prioritárias;
- promoção e integração de políticas e instrumentos para o desenvolvimento sustentável;
- definição de estratégias para o atendimento dos programas prioritários do governo;
- realização e divulgação de levantamento de boas práticas para o desenvolvimento sustentável;
- elaboração de um programa de divulgação da Agenda 21;
- promoção e monitoramento da inclusão das propostas da Agenda 21 Brasileira nos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável;
- definição de indicadores para o acompanhamento do processo de implementação da Agenda 21;
- revisão da Agenda 21 através de novas consultas à população.

A Secretaria de Biodiversidade e Florestas tem como objetivo promover - com participação, inclusão social e repartição dos benefícios - a valorização, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados, dos recursos florestais, faunísticos, florísticos, pesqueiros e genéticos dos ecossistemas. É constituída por 4 Departamentos e 4 Núcleos de Assessoramento por Biomas:

O Núcleo Cerrado e Pantanal (NCP), criado em 2004, tem como principal atribuição articular e propiciar a execução de iniciativas voltadas para a conservação e o uso sustentável desses biomas, junto aos Programas e Projetos em execução no Ministério do Meio Ambiente e nas demais ações do governo, configurando-se como um locus privilegiado para a interlocução com a sociedade civil organizada.

Ao NCP compete ainda promover a implementação do Programa Nacional de Áreas protegidas no âmbito do Bioma, coordenar o processo de revisão/atualização das Áreas e Ações Prioritárias

para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade no Cerrado, bem como o papel de articular, implementar e monitorar o GEF CERRADO.

O Núcleo Caatinga (NBC) tem como principais atribuições a atuação como secretaria executiva do Grupo de Trabalho do Bioma Caatinga (Portaria MMA nº 321/2004) e a articulação e catalização das ações direcionadas à conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade do bioma.

O NBC tem como objetivos:

- Funcionar como secretaria executiva do GT- Caatinga;
- Contribuir para a definição e execução de políticas participativas de uso e conservação do Bioma Caatinga;
- Articular e catalizar as ações das diretorias da SBF e das demais Secretarias do MMA em relação às ações do MMA no Bioma;
- Participar da definição e implementação de uma política para a conservação e uso sustentável da caatinga;
- Articular junto à Diretoria de Áreas Protegidas (DAP) e ao IBAMA a criação de UCs, mosaicos e corredores no Bioma;
- Promover e facilitar as articulações entre o IBAMA, OEMAs e ONGs;
- Contribuir para o fomento técnico e financeiro do manejo sustentável na caatinga (Editais FNMA/PNF);
- Promover articulações entre o IBAMA e OEMAS para ações conjuntas de comando e controle.

Estratégias de Atuação:

- Moratória ao processo de desmatamento de matas nativas da Caatinga;
- Criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral nas áreas prioritárias para a conservação de sua biodiversidade;
- Articulação e integração de ações governamentais e não-governamentais em projetos de desenvolvimento sustentável nas áreas com terras já convertidas, desmatadas e/ou degradadas;
- Articulação de ações governamentais e não-governamentais buscando a integridade do Bioma em nível de paisagem, principalmente com a implantação de corredores ecológicos entre áreas protegidas de proteção integral e de uso sustentável, e aplicando diferentes instrumentos de manejo;
- Fomento à pesquisas e à disseminação de informações relativas a sociobiodiversidade do Bioma, em particular com a realização anual da Semana da Caatinga.

O Núcleo da Zona Costeira e Marinha (NZCM) tem a principal atribuição de articular ações e acompanhar programas e projetos relativos à conservação e uso sustentável e repartição de benefícios dos ecossistemas costeiros e marinhos; articular e apoiar ações e disseminar o conceito de áreas protegidas marinhas como instrumento de gestão pesqueira.

Ao NZCM compete ainda coordenar e executar as políticas públicas decorrentes do Comitê de Proteção Ambiental do Tratado da Antártica e as políticas, programas e projetos relativos à área ambiental do Programa Antártico Brasileiro, inclusive representando a instituição em Fóruns Internacionais referentes ao tema; além de coordenar e executar as políticas públicas decorrentes da Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional (Ramsar, Irã, 1971) e, na qualidade de Secretaria-Executiva, as atividades do Comitê Nacional de Zonas Úmidas - CNZU.

Existe ainda o Núcleo da Mata Atlântica e Pampa.

O Programa Nacional de Florestas (PNF) foi criado com o objetivo de articular as políticas públicas setoriais para promover o desenvolvimento sustentável, conciliando o uso com a conservação das florestas brasileiras.

É um programa interministerial (envolvendo onze ministérios) de articulação das ações do governo brasileiro com relação aos recursos florestais, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. Seus recursos são provenientes do Tesouro Nacional e da cooperação técnica e financeira externa, que inclui a Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) e o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF). Em relação a temas específicos, o PNF vem contribuindo para o aperfeiçoamento da legislação florestal, evidenciando meios/instrumentos efetivos de ajustamento das normas jurídicas à nova realidade do setor: [Manejo Florestal Sustentável na Caatinga](#), [Manejo Florestal Sustentável na Amazônia Brasileira](#), [Consumo de Recursos Florestais e da Reposição Florestal](#) e [Cota de Reserva Florestal](#), [Transição da Lei de Gestão de Florestas Públicas](#) e [Modelo de contrato de transição para Planos de Manejo Florestal já aprovados em terras públicas federais](#).

E. INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

O Governo Federal lançou há pouco mais de um ano o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com medidas que, sem comprometer a estabilidade econômica, buscam acelerar o crescimento do País para gerar mais emprego e renda e reduzir as desigualdades regionais. Ao longo dos próximos três anos, o PAC prevê investimentos de R\$ 503,9 bilhões na infra-estrutura do País. O programa inclui ainda o estímulo ao crédito e ao financiamento, a desoneração de impostos, o aperfeiçoamento da legislação, entre outras medidas fiscais.

Os recursos destinam-se as áreas de transporte, saneamento, energia, habitação e recursos hídricos. Desse total, R\$ 67,8 bilhões serão provenientes do Orçamento Geral da União e R\$ 436,1 bilhões de estatais e do setor privado. Esses investimentos serão feitos nas seguintes áreas: logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural e combustível renováveis) e infra-estrutura-social e urbana (saneamento, habitação, transporte urbano, Luz para Todos e recursos hídricos).

O programa prevê, por exemplo, a construção, adequação, duplicação e recuperação, em quatro anos, de 42 mil quilômetros de estradas, 2.518 quilômetros de ferrovias, a ampliação de 12 portos e 20 aeroportos. Além disso, a geração de mais de 12.386 megawatts de energia elétrica, a construção de 13.826 Km de linhas de transmissão, a instalação de quatro novas unidades de refino ou petroquímicas, a construção de 4.526 Km de gasodutos e instalação de 46 usinas de biodiesel. Haverá ainda a construção de rede de água e esgoto para 22,5 milhões de domicílios.

Para a habitação o Programa de Aceleração do Crescimento vai destinar R\$ 106,3 bilhões entre 2007 e 2010 beneficiando quatro milhões de famílias. Desse total, R\$ 55,9 bilhões serão aplicados em programas e financiamentos para a compra da casa própria para famílias com renda de até cinco salários mínimos (estima-se um déficit de 7,9 milhões de moradias para as famílias nesta faixa de renda).

F. OUTROS PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

- **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)** - Concede bolsas mensais e financiamento de jornada ampliada, atividade desenvolvida em horário complementar ao da escola para reduzir a possibilidade de inserção da criança e do adolescente em atividades laborais e de exposição a riscos;
- **Brasil Sorridente** - Garante atendimento odontológico especializado na rede pública de Saúde. Mais do que atendimento básico, os centros oferecem tratamentos especializados, como canal, doenças de gengiva, cirurgias odontológicas e cuidam de casos de câncer bucal;
- **Farmácia Popular** - Amplia o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais, beneficiando, principalmente, as pessoas com dificuldade para realizar tratamentos devido ao alto custo desses produtos. Além da criação de rede pública de farmácias populares, está sendo incentivado o desenvolvimento da indústria nacional do setor farmacêutico;
- **Qualisus** - Além da melhoria do atendimento das emergências médicas, o Qualisus propicia a adequação das unidades de atenção básica para que realizem procedimentos simples, contribuindo para reduzir as filas nas emergências. Garante, também, o acesso a consultas especializadas e cirurgias de média complexidade; e viabiliza a implantação da política de humanização do atendimento no SUS. Complementa o atendimento do Serviço Móvel de Urgência (Samu);
- **Brasil Alfabetizado** - Promove parcerias com estados, municípios, universidades, empresas privadas, organizações não-governamentais, organismos internacionais e instituições civis como forma de potencializar o esforço nacional de combate ao analfabetismo. O programa, articulado à Educação de Jovens e Adultos (EJA), fortalece políticas que estimulam a continuidade nos estudos e a reinserção nos sistemas de ensino; e
- **Programa Universidade para Todos (ProUni)** - Lançado em 2004, o ProUni concede bolsas de estudo integrais e parciais (de 50%), em universidades privadas, a estudantes de baixa renda e alunos com deficiência que tenham cursado todo o ensino médio em escola pública ou com bolsa de estudo em escola particular. Parte das vagas está reservada para afrodescendentes e indígenas, em percentual compatível com a participação dessas populações em cada Estado.

G. APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada sem fins lucrativos que tem como missão promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte. A instituição foi criada em 1972, como resultado de iniciativas que tinham como foco estimular o empreendedorismo no país.

No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 14,8 milhões de micro e pequenas empresas – 4,5 milhões formais e 10,3 milhões informais – que respondem por 28,7 milhões de empregos e por 99,23% dos negócios do país.

O Sebrae Nacional é responsável pelo direcionamento estratégico do sistema, definindo diretrizes e prioridades de atuação. As unidades estaduais desenvolvem suas ações e projetos de acordo com a realidade regional e as diretrizes nacionais.

O setor do **agronegócio** vem se consolidando como uma das grandes alavancas para o crescimento da economia do país. Segundo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o setor responde por 28% do PIB brasileiro e por 37% das exportações, o equivalente a US\$ 44 bilhões. Os pequenos empreendimentos rurais são responsáveis pela maior parcela dessa

atividade econômica e a agricultura familiar é o expoente principal na produção e na geração de emprego no campo.

O Sebrae prioriza o atendimento coletivo de empreendedores rurais. Além da capacitação, merecem atenção especial as técnicas de empreendedorismo. No setor de agronegócio, o Sebrae atende cerca de 500 projetos, distribuídos em 14 segmentos: agricultura orgânica, agroenergia, apicultura, aqüicultura e pesca, café, carne, derivados de cana-de-açúcar, floricultura, horticultura, leite e derivados, mandiocultura, ovinocaprinocultura e plantas medicinais e aromáticas.

O **comércio** varejista reúne, no Brasil, mais de 1,3 milhão de micro e pequenas empresas, que geram aproximadamente 7 milhões de postos de trabalho. É um setor estratégico para o Sebrae, que desenvolve cerca de 200 projetos em diversos segmentos, como mercearias, farmácias, bares e restaurantes, entre outros. A instituição promove cursos e consultorias para ampliar o conhecimento e trabalha com metodologias de integração cooperativa. O objetivo é qualificar, modernizar e ampliar a competitividade de pólos e redes de pequenos empreendimentos comerciais com interesses comuns.

O setor de **serviços**, marcado pelo dinamismo na geração de emprego e por influenciar diretamente a competitividade dos demais setores, também merece atenção especial do Sebrae. O setor agrega uma diversidade de segmentos, que vão de empresas de logística a serviços técnicos especializados, e ocupa formalmente mais de 4 milhões de pessoas.

Além dos segmentos tradicionais de comércio e serviços, o Sebrae incentiva setores com potencial emergente e aposta no desenvolvimento de novos negócios e formatos comerciais. É o caso do **turismo, do artesanato e do entretenimento**. O setor turístico agrega vários outros segmentos em suas operações comerciais, como hotelaria, alimentação, diversão e cultura.

Para elevar o padrão de qualidade e competitividade, o Sebrae trabalha em parceria com instituições públicas e privadas, entre elas o Ministério do Turismo, promovendo um ambiente favorável para o crescimento do setor. No artesanato, setor de importância na geração de ocupação e renda em comunidades carentes do país, o Sebrae realizou diversos programas de capacitação que ajudaram os artesãos a aperfeiçoar a gestão dos negócios e a aumentar a competitividade de seus produtos, por meio da pesquisa e mistura de matérias-primas, de novas técnicas, do design e da tecnologia. Além disso, a inserção dos artesãos em associações e cooperativas permitiu o acesso a novas práticas mercadológicas, como a participação em feiras e eventos, fundamental para a divulgação do artesanato brasileiro no país e no exterior. No setor de cultura e entretenimento, o Sebrae investe em diversas áreas, como, por exemplo, em projetos voltados à produção audiovisual e à promoção da música brasileira no mercado internacional.

O setor **industrial** gera 3,7 milhões de empregos no Brasil. O Sebrae desenvolve cerca de 400 projetos coletivos de micro e pequenas empresas industriais, reunidas em arranjos produtivos locais, núcleos setoriais, encadeamentos com grandes empresas e outras formas de cooperação. O objetivo é desenvolver alianças entre empresas de diferentes setores, possibilitando maior sinergia entre projetos e a integração de cadeias produtivas.

Os projetos desenvolvidos pelo Sebrae beneficiam mais de 63 mil indústrias de micro e pequeno porte no país. São atendidos diversos setores, como têxtil e confecção, madeira e móveis, alimentos e bebidas industrializados, biotecnologia, construção civil, cosméticos, couro e calçados, eletro-eletrônicos, gemas e jóias, indústrias gráficas, metal-mecânico, olaria e cerâmica, pedras e rochas ornamentais, petróleo e gás, plástico, químico, tecnologia da informação, brinquedos, equipamentos médico-odontológico-hospitalares, fármacos e papel e papelão.